



Sobre a Espiritualidade
da Solidariedade Econômica Internacional
na Ordem Capuchinha

Frei Helmut Rakowski

Com a casa num mundo dividido

O Evangelho não nos coloca diante dos olhos somente a visão do Reino de Deus mas, sobretudo, desenvolve tal visão com o pano de fundo da vida real. Assim ouvimos falar de sistemas políticos coercitivos (Mt 20,25; 2,16) e de interesses sob o manto da religião (Mt 21,12s) e também de desocupação (Mt 20,3) e de pessoas em fuga (Mt 2,14), de corrupção e de exploração (Lc 18,1; 19,8); e, de modo semelhante, de doenças incuráveis (Lc 8,43) e de falta de solidariedade social (Lc 10,31s). As bem-aventuranças de Jesus, como os seus “Ai de vós!” (Lc 6,20-26), falam uma linguagem concreta.

Mas, no encontro com Jesus, acontecem sempre curas e conversões. Ele não fala só simbolicamente de banquete de núpcias, mas participa dos banquetes, convida para jantar e sempre, ainda hoje, é nosso anfitrião na Eucaristia

– imagens e realidade de uma comunhão que, em nome de Deus, supera as divisões que existem entre os homens.

Nós ainda esperamos no advento final do Reino de Deus, pois sabemos que a nossa vida e o nosso mundo são permeados pelo pecado e pelas suas estruturas. O VII Conselho Plenário da Ordem

(CPO) fala incisivamente de *iníqua*

*concentração da renda que produz um grande número de migrantes, preocupação narcisista de realização própria, poderes usados em vantagem própria que marginalizam os pobres e destroem o ambiente, relações marcadas pelo domínio e pela estratificação social, etnocentrismo e intolerância religiosa, etc.*¹

1 VII CPO 6.

Convidados a construir pontes

O VII CPO, celebrado em Assis em 2004, trata da minoridade e da itinerância. Desenvolve e aprofunda uma compreensão extremamente ativa desses elementos franciscanos fundamentais.² Nunca dá a entender que a minoridade franciscana possa ser descrita de modo completo identificando-a com a condescendência e a submissão ou até com uma espécie de complexo coletivo de inferioridade. Partindo do conceito trinitário, aprofunda a natureza da minoridade como virtude ativa na construção de relações. Por isso o próprio CPO prossegue depois na Proposição 6:

A minoridade franciscana exige, hoje, opções corajosas por um mundo mais fraterno:

- A opção por uma economia fraterna onde quer que vivamos ou trabalhemos (cf. VI CPO, especialmente os números 29-45).
- Relações centradas nos outros.
- Uma cultura de paz, que saiba aceitar também a vulnerabilidade.
- Liderança e ação pastoral baseadas no serviço e na participação.
- Uma ética de justiça baseada no fato de sermos todos irmãos e irmãs.
- Um novo empenho pelo diálogo segundo o espírito de Francisco (cf. 1Rg 16,6-10).³

“Construir a fraternidade num mundo de relações assimétricas”⁴, diz conseqüentemente John Corriveau na sua primeira Carta Circular depois do VII CPO, na qual explica as conclusões do próprio CPO. Levar em consideração nesse contexto, o Serviço da Solidariedade na Ordem Capuchinha quer dizer aprofundar o seu significado como instrumento para o crescimento da Ordem não só na perspectiva material, mas também, e sobretudo, na perspectiva espiritual.

2 VII CPO 2a.

3 VII CPO 6.

4 John Corriveau, Carta Circular N. 23.

Solidariedade: do passado ao futuro

O serviço da solidariedade, na sua forma atual, nasceu depois do VI CPO, também celebrado em Assis em 1998, e que teve como tema “Viver a Pobreza em Fraternidade”. No início se procurou ver o desenvolvimento ocorrido nesse âmbito depois de 1999 como uma ampliação dos sistemas de auxílio à “Missão”, que já existia há muito tempo. Desde quando Bernhard Christen von Andermatt, Ministro Geral dos Capuchinhos de 1884 a 1908, tinha de novo dado força na Ordem ao compromisso missionário dos frades, junto à estrutura principal da responsabilidade das províncias pelas missões, sempre houve empenho pelas missões por parte da Ordem como tal, ou seja, através da Cúria Geral. O Secretário Geral para as Missões representava a Ordem junto à ‘Propaganda Fide’ e representava os missionários no governo geral da Ordem. Do ponto de vista econômico pôde tornar-se eficaz porque foram transferidas para Roma 25% das entradas da “Obra Seráfica das Santas Missas para a Ajuda às Missões dos Capuchinhos no Exterior”, fundada em 1899 pela terciária suíça Frieda Folger. As 75% restantes iam para o financiamento do trabalho dos secretários ou procuradorias provinciais das missões. Na segunda metade do século XX iniciou-se um empenho maior pelas ofertas. Assim, junto às necessidades, cresceram as possibilidades financeiras da Ordem.⁵ Já durante os anos 80 reunia-se regularmente na Cúria Geral uma “Comissão das Missões”. Nessas reuniões se tratava da distribuição de meios relativamente modestos, mas ao mesmo tempo vinha sempre instaurado um diálogo sobre a natureza da missão franciscana.⁶ Frei John Corriveau era então membro dessa comissão que, entre outras coisas, incentivava um desenvolvimento dos auxílios por parte do centro da Ordem. No Pentecostes de 1991, o Ministro Geral Flávio Roberto Carraro, depois de uma consulta a todos os superiores maiores, anunciava a constituição de um “Fundo Central para as Missões”.⁷

5 Talvez se possa perguntar: Não existe também uma dependência inversa?

6 O III CPO sobre Vida e Atividade Missionária, celebrado em Mattli (Suíça) em 1978, tinha dado acentuações importantes sobre a própria Missão.

7 Prot. N. 00787/91.

Globalização multiforme

Junto ao crescimento da Ordem no Sul e no Extremo Oriente, a queda do muro de Berlim em 1989 tinha mudado o quadro da geografia capuchinha. Fizeram-se ver os frades, livres do comunismo, que, fiéis à sua vocação religiosa, tinham sobrevivido às perseguições e à opressão atrás da “cortinha de ferro”. Frades que por vezes tiveram que viver no anonimato como operários e “trabalhadores”, retornaram à vida comunitária em conventos totalmente transcurados e arruinados. Retornaram a viver províncias que uma vez eram autônomas; todavia sem ter as estruturas para sobreviver que possuíam no passado. Os numerosos jovens que entravam na Ordem tinham necessidade dos meios relativos para a vida e para a formação. A expansão para novos lugares exigia necessárias infra-estruturas. Sem a ajuda do exterior não se podia fazer coisa alguma e a alegria que se tinha pelos “irmãos reencontrados” se manifestou em auxílios financeiros generosos, que antes de tudo provinham dos meios da Cúria Geral como também principalmente das conferências que então se chamavam KDP e PNVB. Em 1994 se começou a recolher em toda a Ordem mais dinheiro para o Leste Europeu. Em 1995 foi instituída uma comissão específica para a solidariedade com a Europa Centro Oriental e um ‘Project Manager’, que tinham a tarefa de distribuir os auxílios.

No Sul e no Extremo Oriente, no período depois do Concílio Vaticano II, as “Missões” tinham-se tornado sempre mais igrejas locais e autônomas. Também na Ordem surgiram circunscrições autônomas entre as que uma vez eram “Missões” e o seu número, por exemplo, na Índia, cresceu rapidamente tanto por subdivisões como por novas fundações além das velhas fronteiras. As “Províncias-Mães”, que tinham sustentado financeiramente no passado, agora não o podiam mais fazer nessas circunscrições da Ordem da “terceira geração” como nas províncias “libertadas” do Leste, que por outro lado começaram muito cedo a tomar iniciativas missionárias próprias. Como consequência, muitos recorreram ao Governo Central da Ordem que procurou organizar uma justa distribuição dos meios existentes, coisa que levou num primeiro momento ao “Fundo Central das Missões”. Em 1999, as ajudas para o Leste Europeu e as ajudas do “Fundo Central das Missões” foram colocadas

O lema do Pontificado do meu venerável predecessor Pio XII era *Opus iustitiae pax*: a paz é fruto da justiça. Hoje poder-se-ia dizer, com a mesma justeza e com a mesma força de inspiração bíblica (Is 32,17; Tg 3,18): *Opus solidaritatis pax*: a paz é fruto da solidariedade

João Paulo II, *Encíclica Sollicitudo rei socialis*, 39





juntas no Serviço da Solidariedade Econômica Internacional.

Enquanto em 1995 foram distribuídos 2,65 milhões de dólares para projetos na África, Ásia e América Latina e cerca de 1,3 milhões de dólares para o Leste Europeu, a quantia distribuída para projetos pelo centro da Ordem em 2002 atingiu um montante de 5,5 milhões de dólares. A isso se deve juntar sempre outro dinheiro que é dado sob forma de bolsas de estudo aos estudantes do Colégio Internacional ‘São Lourenço de Brindes’.

Em 2005 o total dos meios distribuídos foi cerca de 6,1 milhões de dólares.⁸ Com eles, foram financiados mais de 58 projetos, a manutenção de 184 missionários em 15 países, a formação inicial de mais de 2.000 jovens frades em quatro continentes e a formação superior (mestrado, doutorado, especializações) de quase 80 estudantes no Colégio Internacional ‘São Lourenço de Brindes’.

Infelizmente, o fascínio dos números desvia a atenção de um outro desenvolvimento que muitas vezes escapa tanto aos doadores como aos beneficiários na Ordem, mas que o “Promotor da Solidariedade” vê como mudança mais significativa.

Evangelização solidária e solidariedade evangelizadora

O “Estatuto da Solidariedade Econômica Internacional”⁹ estabeleceu uma nova estruturação do serviço da solidariedade da Ordem. Foi criado o “Serviço da Solidariedade Econômica Internacional”. Do ponto de vista organizativo é presidido por um secretário. Na prática ele é ajudado

⁸ Para essas cifras precisamos tomar em consideração o enfraquecimento do dólar que, comparado a 2002, perdeu cerca de 20% do valor. Nessa soma estão também colocados os € 900.000,00 para o Colégio Internacional.

⁹ Confirmado na reunião do Definitório Geral de 23 de março de 1999 e depois pelo Capítulo Geral 2000. *AOFMcap 2000, 74-80*. Revisado e confirmado na reunião do Definitório Geral de 13 de janeiro de 2006.

por um assistente. Ambos cuidam dos projetos que chegam e preparam as reuniões que os examina e estabelece a distribuição dos meios. Organizam igualmente o depósito dos fundos aprovados. Os chamados ‘Project Managers’ (atualmente três), examinam os pedidos, vêem se estão no âmbito das prioridades e avaliam a exatidão da documentação apresentada. Apresentam os projetos à comissão que destina os meios e devem ser capazes de responder às perguntas na base do seu conhecimento da documentação. Apresentam propostas de destinação e, se for o caso, indicam uma soma adequada. Participa nesse grupo também o chamado “Promotor da Solidariedade”. É interessante notar que ele não é chamado “Promotor da Solidariedade Econômica Internacional”, mas simplesmente “Promotor da Solidariedade”. Mesmo que entre seus encargos esteja também o de garantir os financiamentos necessários, o seu compromisso vai além desse aspecto puramente econômico.

O fato que ele seja ao mesmo tempo “Secretário das Missões” da Ordem faz com que a “Solidariedade Econômica Internacional” esteja conectada ao empenho missionário dos capuchinhos e com a específica “Missão” da Ordem assim como ela é estabelecida nas Constituições e noutros documentos. Nesse seu duplo papel ele participa das reuniões do Serviço e da Comissão de distribuição dos fundos. As suas considerações são ditadas pelo conhecimento das presenças dos frades e também pelo interesse no contributo missionário dos capuchinhos na missão da Igreja.

Como consequência, o seu sucesso não deve ser avaliado só pela quantidade dos meios postos à disposição. Cinco ou seis milhões de dólares não são automaticamente bons para as missões, para a Igreja e para a Ordem. As perguntas: “o que fazemos com eles?” e “como os usamos?” nunca devem faltar. Importante, porém, é o espírito com que se dá ou, respectivamente, se recebe. Somente assim é possível fugir da dinâmica própria do dinheiro que, rapidamente, se torna o único objeto do desejo e, portanto, se transforma em ídolo.

Sintetizando: o objetivo da solidariedade é um

serviço para uma evangelização solidária e para uma solidariedade evangelizadora. Não se trata somente daquilo que se constrói, se organiza ou se realiza em geral pela evangelização com o dinheiro. A obra de solidariedade é, ela mesma, evangelização. A Proposição 46 do VII CPO a denomina explicitamente um modelo de “relações redimidas” para o mundo. É um anúncio para os homens que sofrem por causa de relações assimétricas. É o convite à mesa do banquete onde somente um é o mestre que se dirige aos convidados dizendo: “todos vós sois irmãos” (Mt 23,8-12). João Paulo II destacou a necessidade da evangelização com um exemplo positivo: “Para apresentar à humanidade de hoje o seu verdadeiro rosto, a Igreja tem urgente necessidade de tais comunidades fraternas, cuja própria existência já constitui uma contribuição para a nova evangelização, porque mostram de modo concreto os frutos do ‘mandamento novo’”.¹⁰

O valor a mais da solidariedade econômica internacional

Pela primeira vez na história da Ordem – e, pelo que sei, também nas organizações de ajuda da Igreja – fazem parte da comissão de destinação de fundos não somente os “doadores”.¹¹ A “Comissão da Solidariedade Econômica Internacional” é composta por 10 a 12 membros. Atualmente eles provêm em igual medida das regiões que dão e das regiões que recebem. Se incluímos também o Presidente e o Vice-Presidente, que são dois membros do Definitório Geral, então a proporção é de 6 a 8 a favor dos que normalmente recebem.

As relações assimétricas do nosso mundo são influenciadas de forma significativa pelo possuir. O dinheiro é poder e, como sabemos, governa o mundo! Renunciar a esse poder e deliberar com o emprego dos meios existentes junto aos que têm

10 João Paulo II, *Vita consecrata*, 45.

11 Na ‘Propaganda Fide’ existe também a participação de todos. A coleta da jornada missionária mundial é distribuída pelos presidentes de todas as obras pontifícias nacionais do mundo.

necessidade, constitui uma resposta profética do espírito franciscano.

Alguns frades têm reservas em relação à distribuição de dinheiro por parte dos organismos centrais. Isso certamente não é causado pelo fato que eles não tenham ‘coração’ para com os pobres. Segundo estimativas feitas, os meios que são destinados por parte da Solidariedade Internacional de Roma constituem no máximo um quarto da soma que dos capuchinhos ou através deles é globalmente colocada à disposição para a evangelização, o desenvolvimento da Ordem e o empenho social.¹² Todavia, para muitos, a questão que se coloca é simplesmente porque se deveria fazer a partir do centro aquilo que até agora funciona bem a partir da periferia. Mas, como foi explicado acima, o serviço da solidariedade na Ordem Capuchinha não constitui somente uma centralização da distribuição dos meios. Não é nem simplesmente o fruto da vontade de poder do centro, o qual, ao exigir as contribuições, garantiria para si mesmo os meios para a afirmação de “objetivos políticos”. Em Roma não acontece simplesmente o mesmo que acontece nas cúrias provinciais e nas procuradorias das missões quando é distribuído dinheiro. Um milhão de dólares será sempre um milhão de dólares, não importa que venha de Roma ou que venha de um outro lugar. Mas o modo como acontece a distribuição é diferente e, enquanto tal, a solidariedade internacional significa um “valor a mais”.¹³

Certamente devemos olhar essas estruturas da Ordem Capuchinha a partir da perspectiva da pobreza. O VI CPO sobre “Viver a Pobreza em Fraternidade”, exatamente enquanto franciscanos, nos tirou o temor

12 O Capítulo Geral de 2000 decidiu a constituição de um banco de dados para a transferência desse dinheiro. Não todas as circunscrições aproveitam dessa possibilidade para fazer conhecer quanto elas dão.

13 “A nossa solidariedade para com os abandonados e excluídos se exprime ainda por meio de estruturas/obras sociais e caritativas’ (VI CPO 25). Lendo paralelamente a Proposição 11, poderemos acrescentar esta reflexão: ‘Os pobres não são evangelizados pelo poder mas pela fraternidade’”. John Corriveau, Carta Circular N. 16 (5.4): *Reflexões sobre o VI CPO, Terceira parte, Os pobres, nossos mestres*. Texto italiano em *AOFM Cap*, 1999, p. 261.





Para apresentar à humanidade de hoje o seu verdadeiro rosto, a Igreja tem urgente necessidade de tais comunidades fraternas, cuja própria existência já constitui uma contribuição para a nova evangelização, porque mostram de modo concreto os frutos do ‘mandamento novo’

João Paulo II, *Vita consecrata*, 45

do dinheiro infundindo-nos no seu lugar o “temor” do uso errado do dinheiro. O VII CPO sobre a minoridade completou as considerações a partir do ângulo visual do poder. Sublinhou que nós, como todas as pessoas, dispomos de poder.¹⁴ Essa consciência não nos impulsiona simplesmente a remover o poder como elemento da nossa vida, mas, como autênticos frades menores, a examinar constantemente de modo crítico esse nosso poder. Não é o poder em si que é mau, mas sim o seu abuso. Exatamente aquele ou aquela que distribui generosamente o seu dinheiro e apóia projetos, quem não retém nada para si e dá tudo, é um homem ou uma mulher potente. Todos estamos sujeitos a influência. Seguimos as nossas preferências, privilegiamos coisas e pessoas específicas e, em medida muito pessoal, somos vítimas dos nossos estados de ânimo. Um procurador das missões dos jesuítas uma vez contou como o uso do tempo que faziam os seus visitantes influenciava a sua disponibilidade em ajudar. Quem vinha nas horas normais de trabalho devia, como postulante, conformar-se a submeter seu pedido e também a uma eventual bem fundada recusa do mesmo. Mas se, exatamente durante o descanso, vinha um bispo missionário, então ele podia, de modo relativamente seguro, contar com uma ajuda direta. Definitivamente o padre jesuíta queria poder fazer a sua merecida sesta o mais cedo possível. Então renunciava também a um diálogo detalhado! Esse exemplo até inocente nos mostra a nossa fraqueza. Prevenir o abuso de poder: nisso o princípio participativo do serviço da solidariedade dos capuchinhos é um exemplo.

A solidariedade desafia a todos

O promotor anima a solidariedade da Ordem não só dos irmãos que têm condições de colocar dinheiro à disposição. Naturalmente se dirige a esses e pede apoio generoso e confiante para as necessidades de toda a Ordem através da solidariedade econômica internacional.

Mas pede solidariedade também aos que até agora puderam aproveitar de modo ilimitado da ajuda

¹⁴ Cf. VII CPO 18.

dos seus ‘partners’ do Norte e do Oeste. Algumas províncias na Europa e na América do Norte contribuem financeiramente na vida e no trabalho de outras (às vezes até quatro) circunscrições da Ordem. Se agora a “mãe” (ou o ‘partner’) partilha as próprias capacidades financeiras para as necessidades de toda a Ordem, automaticamente há menos meios à disposição para os “filhos” (ou os ‘partners’) até agora privilegiados no auxílio. Por isso, também desses vêm igualmente pedida solidariedade, já que agora eles partilham com outros o que até hoje estava somente à sua disposição, e devem conseguir ir adiante com subsídios menores e até renunciar a projetos que em si são bons e de valor.¹⁵

Então, o promotor procura fazer com que também aqueles que recebem sintam-se obrigados à solidariedade. Não se trata só de garantir o pedaço maior possível do bolo. Entre os capuchinhos não se deve chegar a uma “luta pela subdivisão”. A solidariedade dos beneficiados requer que eles:

- pensem na fadiga que custou o recolher fundos;
- sejam conscientes que muitas vezes o dinheiro é oferta de pobres e de “gente simples” que, como a pobre viúva do Evangelho, dá do pouco que tem;
- saibam que o dinheiro que recebem não poderá ser colocado à disposição de um outro irmão.

Por isso também os beneficiários são convidados a agir de forma solidária com toda a Ordem quando elaboram projetos e quando apresentam os seus pedidos. De modo muito concreto isso quer dizer que

¹⁵ João Paulo II diz na Encíclica *Sollicitudo rei socialis* (39): “A prática da solidariedade no interior de cada sociedade é válida quando os seus membros se reconhecem uns aos outros como pessoas. Aqueles que contam mais, dispondo de uma parte maior de bens e de serviços comuns, hão de sentir-se responsáveis pelos mais fracos e estar dispostos a compartilhar com eles o que possuem. Por seu lado, os mais fracos, na mesma linha de solidariedade, não devem adotar uma atitude meramente passiva ou destrutiva do tecido social; mas, embora defendendo os seus direitos legítimos, fazer o que lhes compete para o bem de todos. Os grupos intermédios, por sua vez, não deveriam insistir egoisticamente nos seus próprios interesses, mas respeitar os interesses dos outros”.

também nesse âmbito deve ser aplicado o princípio das Constituições (67,3): “o mínimo necessário e não o máximo permitido”. O Ministro Geral, Frei John Corriveau, na sua Carta Circular 24 fez notar como no passado o aspecto da “austeridade” talvez não tenha sido suficientemente recordado já que ele era exigido pelas Constituições como elemento fundamental. Mas sem a austeridade o sistema da solidariedade corre um perigo substancial.¹⁶ O próprio Francisco declara: “Nunca fui ladrão das esmolas que são a herança dos pobres; sempre recebi menos do que me cabia, para que os outros pobres não fossem defraudados em sua sorte”.¹⁷ Por outro lado, os frades que pedem esmolas não devem se envergonhar, porque o Senhor se fez pobre por nós neste mundo (cf. RB VI,4).

Em relação ao VI CPO e ao serviço da solidariedade econômica internacional sempre se falou de “direito do frade”. Parece ser de fato uma particularidade franciscana que ninguém reclame esse direito para si, mas que constantemente se intervenha pelo direito do outro. Somente então o direito se torna justiça. Aqui, novamente entra em jogo a função do promotor da solidariedade como secretário das missões. Ele lembra a missão da Ordem e procurará fazer com que o dinheiro que está à disposição não trabalhe de modo contra produtivo. Ele remete aos princípios fundamentais da Ordem, em harmonia com os quais deve ser vista a solidariedade econômica internacional:

- viva solidariedade com os frades (Const. 67,6);
- solidariedade de pessoal (Const. 131,4; 176,4);

16 John Corriveau, Carta Circular N. 24 (6.2): “Num mundo progressivamente sempre mais controlado pela ‘proliferação do desejo’, uma economia sem austeridade não deixa nada para a solidariedade: “A comercialização e a propaganda anulam a distinção entre necessidade e superfluidade. A satisfação das necessidades e dos desejos se projeta ao infinito. O consumidor é ‘educado’ a ultrapassar a própria satisfação e a desejar uma série infinita de bens, de produtos e de serviços”. A equidade sem a austeridade não deixa nada para a solidariedade! A austeridade é elemento constitutivo de uma economia autenticamente ‘fraterna’”. A citação interna é tomada de: David B. Couturier, OFM Cap, *Formation for the Fraternal Economy in the Capuchin Franciscan Order: A Psychological Analysis*. Tese de doutorado (2005), não publicada, p. 93.

17 *Compilação de Assis 15,1-3.*

- inculturação do Evangelho (Const. 177,3);
- diálogo com as religiões (Const. 175,4) e
- concreta solidariedade com os pobres (Const. 59,5; 60,4-5).

É importante considerar sempre a obra da solidariedade no contexto dos pobres. “Porque a pobreza evangélica nos insere em uma determinada cultura e nos liga a um determinado povo, a solidariedade internacional não deve desenraizar, nem comprometer os nossos laços culturais” (VICPO 24b).

Não fonte de dinheiro, mas fonte de fraternidade

Com tudo isso se espera deixar claro que a solidariedade econômica internacional não representa na Ordem simplesmente uma outra agência de ajuda. Infelizmente, ela é ainda muitas vezes assim mal entendida de todos os lados. Por isso há até quem pergunte que sentido tenha a sua contribuição obrigatória se primeiro eles depositam 3.000 dólares para depois talvez receberem 23.000 para a formação inicial. Quem faz um paralelo com as agências de ajuda efetivamente deve considerar pouco sensato esse modo de proceder. Mas a solidariedade na Ordem Capuchinha não quer constituir uma outra agência de ajuda, uma fonte anônima de dinheiro.

A “economia fraterna”, que foi promovida na Ordem depois do VI CPO, tem como um dos seus pilares a administração centralizada. Aquilo que às vezes foi percebido como alienação, representa em vez um projeto de solidariedade na província. Uma fraternidade que tem boas entradas não está mais em melhores condições do que uma que se encontra numa região pobre. Todas as entradas estão à disposição de todos e são subdivididas segundo as efetivas necessidades. Nasce uma comunidade de caráter solidário acima da fraternidade local e essa oferece a todos a possibilidade que as coisas necessárias sejam feitas ou, relativamente, procuradas. Como consequência, o excedente pode então ser oferecido para além dos confins da província.

A solidariedade econômica internacional representa a economia mundial centralizada. Mesmo que às vezes





somente de maneira simbólica todas as províncias e vice-províncias da Ordem são convidadas a contribuir com o caixa comum. Todos são membros ativos nessa comunidade de caráter solidário. Nenhum é simplesmente beneficiário. O primeiro passo consiste em colocar à disposição, através da partilha. Depois, num segundo passo, se decide quem tem necessidade de ajuda. Nessa operação pode acontecer que somente uma soma parcial possa ser concedida ou que um projeto seja completamente desaprovado. Porque, nisso, todos se submetem à decisão da comissão, que conscienciosamente procura indicar os projetos mais necessários.

Para o promotor da solidariedade é agradável ser saudado e tratado como aquele que presta grande ajuda. Definitivamente, porém, e no melhor dos casos, ele é um catalisador que anima e reforça a rede da solidariedade na Ordem. Os que efetivamente ajudam são os frades. Os que partilham; e são (quase) todos. Mas são também os frades que renunciaram à realização de um projeto ou que receberam só um financiamento parcial ou até uma recusa. Se isso é percebido e reconhecido, então sim a solidariedade econômica internacional é um instrumento não só do crescimento material na Ordem, mas especialmente do espiritual. Então sim ela cria laços para além dos confins e dos continentes. Então sim o dinheiro serve não para concentrar poder e para alimentar interesses pessoais, mas edifica de modo exemplar um mundo de fraternidade e de justiça. Quando isso acontece, então sim a solidariedade constrói fraternidade num mundo de relações assimétricas e assim se torna sinal de esperança para a humanidade. Portanto, a maior realização não é o que se faz com o dinheiro, mas como usamos o dinheiro.

Quando muitos sonham juntos...

O sonho deve confrontar-se com a realidade, que nós vemos em evolução, mas que ainda não chegou à sua plena realização. Na realidade, a solidariedade na Cúria Geral recebe ajuda também de fora da Ordem. Para apoiar os nossos projetos nós nos dirigimos a agências de ajuda, a fundações e a benfeitores individuais. Com ânimo grato devemos

constatar que a solidariedade é um outro modo de globalização que é praticado por muitos. Não deve ser só uma formalidade o fato de recordarmos expressamente e intencionalmente rezarmos pelos benfeitores nas intercessões do Ofício Divino e da Missa. Quem agradece, pensa. Conseqüentemente, a gratuidade não nos livra da responsabilidade como pessoas que estão no seguimento de São Francisco. Ela nos incentiva em vez a uma vida autêntica.

Deixemo-nos contagiar pelo milagre da multiplicação dos pães que lemos no Evangelho de João (6,1-13). Filipe diz: “Nem duzentas moedas de prata bastariam para dar um pedaço de pão a cada um”. Bem diferente da postura calculada do ancião é a espontânea prontidão de um jovem. Ele oferece o pouco que tem: cinco pães e dois peixes. Não retém nada egoisticamente para si. Com o seu dom estende a mão às irmãs e aos irmãos. Constrói fraternidade num mundo de desigualdade. E com a bênção de Deus acontece o milagre: todos são saciados!

No seguimento de São Francisco, todos os frades são convidados a tornar-se “jovens”, a oferecer generosamente e com liberdade. Se não nos fecharmos, acumulando egoisticamente tesouros, então, com a bênção do Senhor, todos serão saciados. E mais, no Evangelho sobram doze cestos. Um sinal profético de esperança para todos. Porque, na verdade, um milhão de dólares não é igual a um milhão de dólares. Dados no espírito da solidariedade internacional se multiplicam. Concretiza-se então o valor a mais, que enche não só as mãos, mas também os corações dos homens. Todos podem ser saciados, em muitos sentidos. Um sinal profético do qual o nosso mundo tem fome: “Opus solidaritatis pax”: o fruto da solidariedade é a paz.¹⁸

Roma, 23 de setembro de 2005,
Festa de São Pio de Pietrelcina.

Frei Helmut Rakowski – OFMCap,
Secretário Geral para a Animação Missionária

18 João Paulo II, Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, 39: “O lema do Pontificado do meu venerável predecessor Pio XII era Opus iustitiae pax: a paz é fruto da justiça. Hoje poder-se-ia dizer, com a mesma justeza e com a mesma força de inspiração bíblica (*Is* 32,17; *Tg* 3,18): Opus solidaritatis pax: a paz é fruto da solidariedade”.

